

As particularidades atuais do capitalismo e sua materialização em processos de privatização da educação básica

RESUMO

Vera Peroni

veraperoni@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-6543-8431>

UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

O artigo tem por objetivo apresentar um debate teórico acerca deste período particular do capitalismo, no qual vivenciamos o avanço de movimentos políticos de caráter neoliberal, neoconservador e neofascista. Aborda-se, assim, em revisão bibliográfica, o capitalismo na era digital e sua materialização em processos de privatização da educação básica, com implicações para os direitos sociais e a democracia. Conclui-se que a presença privada na direção e execução da educação, inclusive pública, constitui uma ameaça democrática, uma vez que os interesses entre público e privado se apartam, no choque entre a busca pelo lucro deste e no compromisso social daquele.

PALAVRAS-CHAVE: Privatização da educação. Neoconservadorismo. Digitalização. Neoliberalismo e educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo trazer alguns elementos para o debate acerca do processo de capitalização (Rikowski, 2017) neste período particular do capitalismo e sua materialização na educação básica. Assim, trataremos dos processos de privatização da educação pública que atualmente ocorrem, numa época na qual vivenciamos o avanço do neoliberal, neoconservador, neofascista e de um capitalismo digital, com implicações para os direitos sociais e a democracia. Entendida aqui a democracia como a “materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (Peroni, 2013).

Neste artigo abordamos o processo de privatização, no entanto, ao longo de nossas pesquisas tratamos mais da relação entre o público e o privado. Essa questão surgiu principalmente durante nossas pesquisas em países latino-americanos que viveram ditaduras e processos recentes de democratização, logo, que experienciaram avanços na luta por direitos, ao mesmo tempo que viveram processos de neoliberalização e de austeridade fiscal como parte do diagnóstico neoliberal de que o Estado era o responsável pela crise, sendo o mercado o parâmetro de qualidade, contexto em que o privado também se organizou e se fortaleceu.

AS PARTICULARIDADES ATUAIS DO CAPITALISMO

Puello-Socarrás (2008) trabalha as particularidades do neoliberalismo, no contexto pós-crise de 2008, que implicaram em redefinições no papel do Estado. Para o autor, a reforma estatal proposta desvincula o público do estatal e reforça um espaço público-privado que tem o mercado como paradigma.

Así se promociona un dominio que desvincula ‘lo público’ de ‘lo estatal’ en una especie de ‘espacio público-privado’, o como se lo ha denominado un ‘espacio público no-estatal’ que resulta abierta y fundamentalmente mercantil (como el mismo status ontológico del Mercado: un dominio que no es exclusivamente privado sino estrictamente público-privado, es decir, un locus público donde las mercancías tienen la posibilidad de intercambiarse entre ellas para posteriormente privatizarse (Puello-Socarrás, 2008. p. 108).

Puello-Socarrás (2008, p. 108) aponta as implicações desse processo: “la más arquitectónica es su pretensión de profundizar la univocidad de la lógica mercantil en el terreno del aparato estatal y en las relaciones políticas que estructuran la totalidad de ‘lo social’ actualmente”. É o Estado empresarial, com foco no empreendedorismo, “[...] o Estado empreendedor que não mais é o executor de políticas sociais, mas repassa para o indivíduo, por meio da meritocracia e da competitividade, a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso” (Peroni, 2021, p. 4).

Cunha (2021) também ressalta o papel do empreendedorismo e do homem empresarial neste período particular do capitalismo e o apresenta como mera mistificação da luta de classes. O indivíduo empreendedor está acima das classes sociais, todos têm que ser educados para a função empreendedora –

basta ter força de vontade, determinação flexibilidade, iniciativa –, de modo que o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso, o que temos tratado como o conteúdo da proposta.

O autor sublinha, ainda, o empreendedorismo como funcional aos valores de mercado para solucionar as mazelas das desigualdades sociais, os trabalhadores pauperizados são responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso individualmente, em meio a uma acentuada flexibilização das relações de trabalho, a falsa sensação de liberdade e o ataque aos direitos trabalhistas. Ademais, a função da ideologia empreendedora é apagar os conflitos inerentes à relação capital e trabalho e suas consequências para a luta de classes. A unidade de classe é a família, “[...] responsável por uma espécie de seleção natural que determina sua posição na estrutura social [...] A base em que se apoia o fenômeno de classe consiste de diferenças individuais de aptidão” (Cunha, 2021, p. 80). A questão é a democracia do consumidor contra o que eles consideram a “ditadura do Estado”.

Sobre a educação, o autor destaca o papel dos setores empresariais na educação pública, como é o caso do movimento Todos pela Educação (TPE), em que os interesses de classe são apresentados como interesse geral, o que Gramsci conceituou como direção moral e intelectual da sociedade. Eles partem do diagnóstico neoliberal de que os problemas na educação pública são parte da ineficácia do Estado e que o setor privado é competente, o que justifica a sua atuação.

Laval e Dardot (2017) também tratam das particularidades do neoliberalismo pós-crise de 2008. A crise financeira passou a ser a justificativa da diminuição de direitos materializados em políticas sociais. Os autores apontam, ainda, que a crise como forma de governo provoca novas formas conservadoras e nacionalistas, em alguns casos abertamente fascistas, e que o neoconservadorismo e o neofascismo¹ são instrumentais ao neoliberalismo neste período histórico. Para Harvey (2008), a diminuição das políticas sociais, o aumento do desemprego, dos ajustes estruturais e a exacerbação da competitividade e do individualismo provocam o caos social e civilizatório, e o neoconservadorismo responde a esse problema com maior coerção social. É a realidade que temos vivenciado no Brasil nos últimos anos.

Brown (2019) também aponta que o neoliberalismo devastou as políticas sociais e que a desigualdade é um verdadeiro barril de pólvora, no entanto acrescenta outros pontos que caracterizam o neoconservadorismo: forças radicalmente antidemocráticas, demonização do social, valorização da moralidade tradicional e dos mercados como seus substitutos e a desintegração da sociedade e descrédito do bem público pela razão neoliberal, o que transforma a moralidade tradicional em arma de batalha política. A autora argumenta que “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valorização e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política” (Brown, 2019, p. 17).

A autora salienta que, para Hayek (1983), as crenças religiosas são verdades simbólicas que promovem a sobrevivência e a prosperidade e Deus é somente a personificação dessa tradição moral ou valores que mantêm viva sua comunidade. Nesse sentido, “mistificações religiosas são atalhos para preservar tradições” (Brown, 2019, p. 124). A tradição assegurada pela religião é um manto de incontestabilidade e verdade simbólica e serve como limite ao político. A

verdade suprimida da vida política é transferida para declarações morais ou religiosas enraizadas na autoridade da tradição. O efeito é dissociar verdade da responsabilidade, contestar a igualdade e a justiça por meio da tradição e eliminar, dessa maneira, a legitimidade da soberania popular. A grande questão é a contraposição entre indivíduo e coletivo e o “desenvolvimento espontâneo contra o projeto social racional” (Brown, 2019, p. 126). A autora observa ainda que, para Hayek (1983), a moralidade ditada pelo Estado é autoritária e que a liberdade pessoal irrestrita deve ser a substituição do social. Ocorre a demonização dos esquemas de justiça estatal, o fortalecimento da tradição contra a soberania popular.

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e ‘familiarizada’ de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum (Brown, 2019, p. 133).

Brown (2019) apresenta o argumento de Melinda Cooper (2021) sobre a convergência entre o neoliberalismo e o conservadorismo social no ambiente da família tradicional. E destaca o papel das famílias em substituição ao Estado de bem-estar. Os indivíduos voltam a depender da família para tudo e ficam submetidos à autoridade. “A tradição é a proteção da liberdade contra um modo de vida organizado pelo poder público” (Brown, 2019, p. 122).

Brown aponta ainda exemplos enaltecidos por Melinda Cooper acerca do processo na reforma do Estado de bem-estar, no financiamento educacional, nas “iniciativas de paternidade” [fatherhood initiatives], e nas medidas de bem-estar “baseadas na fé”.

Brown (2019, p. 141) ressalta que o foco no individualismo e nas famílias, em contraposição ao social e coletivo, já estava presente na afirmação de Thatcher: “não existe tal coisa como a sociedade”, e conclui: “há apenas indivíduos e suas famílias [...] A privatização econômica neoliberal subverte profundamente a democracia. Ela gera e legitima a desigualdade, a exclusão, a apropriação privada dos comuns, a plutocracia e um imaginário democrático profundamente esmaecido” (Brown, 2019, p. 141).

Ocorre um intenso processo de correlação de forças, em que os setores vinculados ao capital atrelam as tradições ao mercado, com o deslocamento do social para o individual. As regras civilizatórias construídas com muita luta social são combatidas, é o que mencionamos no início do artigo como privatização como projetos societários em disputa:

As coordenadas da religião e da família – hierarquia, exclusão, homogeneidade, fé, lealdade e autoridade – ganham legitimidade como valores públicos e moldam a cultura pública conforme se juntam ao mercado para deslocar a democracia. Quando esse modelo duplo de privatização se estende à própria nação, a nação é traduzida alternadamente como um negócio competitivo que precisa fazer melhores acordos e como uma casa inadequadamente protegida, sitiada por estrangeiros que não pertencem ao lugar ou que são mal-intencionados. O nacionalismo de direita oscila entre ambos (Brown, 2019, p. 142).

Outra particularidade deste período histórico é o capitalismo na era digital. Zuboff (2020), que introduz o termo Capitalismo de vigilância, adverte que a mercadoria da era digital do capitalismo é a experiência humana para tradução de dados experimentais. Alguns dados são aplicados para o aprimoramento de

produtos e serviços, o restante é declarado superávit comportamental do proprietário, o que a autora chama de produtos de predição, que antecipam o que o indivíduo faria – é o mercado de comportamentos futuros.

A autora adverte, ademais, que processos de máquina, automatizados, não só conhecem, mas moldam nosso comportamento para resultados lucrativos em escala, assim que não basta mais automatizar o fluxo de informação sobre nós, a meta é nos automatizar:

Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também moldam nosso comportamento em escala. Com tal reorientação transformando conhecimento em poder, não basta mais automatizar o fluxo de informação sobre nós; a meta agora é nos automatizar. Nessa fase da evolução do capitalismo de vigilância, os meios de produção estão subordinados a ‘meios de modificação comportamental’ cada vez mais complexos e abrangentes (Zuboff, 2020, p. 19).

A autora apresenta o instrumentalismo como uma nova espécie de poder. “O poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros” (Zuboff, 2020, p. 19). A autora ainda adverte que

O capitalismo de vigilância age por meio de assimetrias nunca antes vistas referentes ao conhecimento e ao poder que dele resulta. Ele sabe tudo sobre nós, ao passo que suas operações são programadas para não serem conhecidas por nós. Elas acumulam vastos domínios de um conhecimento novo proveniente de nós, mas que não é para nós. Elas predizem nosso futuro a fim de gerar ganhos para os outros, não para nós (Zuboff, 2020, p. 22).

Zuboff (2020, p. 20) aponta que, assim como o capitalismo industrial foi levado à intensificação contínua dos meios de produção, os capitalistas de vigilância e seus jogadores no mercado estão agora travados na intensificação contínua dos meios de modificação comportamental e da força agregadora do poder instrumentário.

Morozov (2022) também adverte que o capitalismo está se movendo na direção de sempre, alavancando quaisquer recursos que possa mobilizar, quanto mais barato, melhor. O autor aponta as empresas de tecnologia como produtoras capitalistas.

MATERIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO

No caso brasileiro, o poder público é o principal responsável pela oferta na educação básica, mais de 80% das instituições são públicas, e, conforme o Censo de 2020, a rede privada obtém 18,6% do total de matrículas. No entanto, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, sob a justificativa de que, dessa maneira, estão contribuindo para a qualidade da escola pública (Peroni, 2020).

Rikowski (2017) observa dois processos de privatização que podem ocorrer separados ou concomitantes, a privatização da e na educação. Para o autor, a privatização da educação envolve uma disputa pelo fundo público no sentido do lucro: é a educação tornando-se capital. A privatização na educação é a tomada de controle por parte das empresas e não envolve propriedade, a

ocorrer na disputa pelo conteúdo, o que Harvey (2008) classifica como um projeto de restauração de classe. Destacamos que a escola permanece pública, é o Estado que paga o professor e define parcerias ou compras de pacotes, mas a direção da educação e a definição do conteúdo educativo são repassadas para o setor privado, bem como sua execução, uma vez que este passa a ser responsável pela formação de professores, por exemplo.

Rikowski (2017) critica estudos sobre privatização que não incluem a produção social da força de trabalho e que apontam apenas se “funciona” ou não e se os padrões educacionais melhoram com os processos de privatização. O autor ressalta a importância de analisar a natureza das formas de mercadoria que são trabalhadas, desenvolvidas e expandidas nos processos de privatização educacional. O autor considera, assim, a resistência à capitalização como uma arma anticapitalista.

Ao analisar as conexões entre privatização da educação, mercantilização e formas de mercado, o autor ressalta que Marx aponta duas formas de mercadoria: a força de trabalho e a mercadoria em si, e destaca que a força de trabalho, a classe em si, é a única mercadoria que pode criar novo valor, a mais valia.

Ao analisar a natureza da privatização, Rikowski (2017) assinala duas formas principais de privatização: a privatização direta e a privatização na educação, que não envolve a propriedade, mas o controle da educação. O autor ressalta que ambas tratam da conversão da receita do Estado em lucro privado, o processo de capitalização que envolve a educação tornando-se capital. Em um contexto de crise do capital global, o financiamento estatal da educação aparece como uma fonte tentadora para sugar recursos públicos, “[...] ao afastar o sistema estatal para uma tomada de controle da educação por parte das empresas, o desenvolvimento de mercados no sistema escolar facilita o desenvolvimento do capital neste sistema” (Rikowski, 2017, p. 408).

Ao tratar das duas formas de mercadorias: força de trabalho e classe geral, ressalta-se o processo de mercantilização – em que mercados educacionais devem ser estabelecidos. No entanto, também destaca Rikowski (2017, p. 396) a importância do sistema escolar como formação da força de trabalho: “Quando são privatizadas, as atividades, processos e formas pedagógicas envolvidas na produção da força de trabalho também são necessariamente privatizadas”.

Tal autor aponta distintas formas da privatização, desde a própria política educacional até distintas formas de comercialização na educação: propaganda em livros didáticos e tecnologia da informação (TI) de instituições educacionais, que fazem sua própria mercadoria, além das parcerias entre o público e o privado, da venda de produtos educacionais, dos mercados de TI, da monetização-financeirização na educação, consoante as medidas de: padronização, controle de qualidade, relação custo-benefício.

Nossas pesquisas sobre o tema procuram sempre abarcar múltiplas formas de privatização da educação básica. Para analisar suas especificidades, dividimos tais processos em: execução, direção, execução e direção ao mesmo tempo.

Nos processos de direção, o setor privado atua no conteúdo e controle das políticas públicas ou das escolas, sendo que a propriedade permanece pública, como é o caso do movimento Todos pela Educação, ou Movimento pela Base, em que os empresários influenciam o governo federal na agenda

educacional e na venda de produtos educativos, ou por meio da censura, com a ameaça constante do Escola Sem Partido.

Nos processos de Execução, o setor privado atua diretamente na oferta da educação, como é o caso das creches comunitárias, Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional e Educação Especial. O privado tem justificativas distintas, como expertise do setor privado: analisamos o caso do PRONATEC na Educação Profissional, em que o Sistema S foi contratado por sua trajetória na formação profissional no Brasil; o mesmo correndo com a educação especial, em que as instituições como APAE e Pestalozzi também foram chamadas pelo poder público, sob a justificativa de qualificar o atendimento. Contudo, a justificativa é o barateamento da oferta no caso da educação infantil e jovens e adultos, em que a oferta, com algumas exceções, se dá de forma precarizada², com bolsas ou salários simbólicos, em locais pouco apropriados, sem espaços democráticos de participação, o que denominamos como “naturalização do possível”.

Nos processos de execução e direção, analisamos os casos das parcerias entre o poder público e institutos privados, como é o caso do Instituto Positivo, da Fundação Lemann e do Instituto Ayrton Senna, sobre os quais abordaremos a seguir. As parcerias definem o conteúdo da educação e executam sua proposta por intermédio da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado.

Como vimos, Rikowski aponta para duas formas principais de privatização: o controle do que é ensinado e a disputa pelo fundo público. No caso do controle, apresentaremos alguns exemplos estudados, como o movimento Todos pela Educação, que atua mais no processo de direção da pauta educativa, e institutos e fundações que fazem parcerias com sistemas públicos e escolas, em processos de execução e direção.

O TPE foi fundado em 2006 e tem uma forte atuação na pauta educacional brasileira e latino-americana. Bernardi, Rossi e Uczak (2021) ressaltam o seu papel na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O TPE se antecipou ao governo federal e em 2013 criou o Movimento Pela Base Nacional Comum (MBNC). Esse movimento tem, em sua organização, 61% de membros ligados ao TPE: dos 64 membros do MBNC, 28 são as mesmas instituições que compõem o TPE, que também se multiplica como uma instituição; outras seis são instituições parceiras ou mantenedoras do TPE e cinco são instituições parceiras das parceiras do TPE. Ou seja, novamente essa multiplicação para agir na definição de uma política pública. O MBNC iniciou suas atividades em 2013, ano anterior à publicação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014. Os autores observam que apenas em 17 de junho de 2015 o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 592, que instituiu a comissão de especialistas para a elaboração da proposta da BNCC, enquanto o MBNC já trabalhava há dois anos nessa discussão e lobby.

Segundo os autores, o TPE defende fortemente a regulamentação do Sistema Nacional de Educação. Em sua crítica, acusa a falta de estratégia sistêmica e refere os problemas de definição clara das responsabilidades de cada ente, bem como as políticas que são estabelecidas sem a pactuação entre os distintos partícipes. Portanto, defende regras operacionais, entre as quais podemos citar a reestruturação das instâncias, que passariam a ser tripartite (união/estados e municípios) para as definições. Outro elemento refere-se a “[...] mudanças nas estruturas organizativas do MEC com a retenção de cargos para a

composição de um corpo técnico qualificado, cuja função será de coordenar o sistema” (Bernardi; Rossi; Uczak, 2021, p. 122).

Os autores ressaltam, nesse sentido, o programa Educação Já, lançado ao final de 2018, durante a campanha eleitoral presidencial, cujo documento apresentava sete recomendações de políticas públicas para educação

O Instituto Positivo é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), vinculada ao Grupo Positivo, holding brasileira que atua na educação privada (escolas, universidade e cursos pré-vestibular) bem como na área gráfico-editorial e na informática. Conforme Carvalho (2021), na área educacional, seus produtos são destinados ao Sistema Positivo de Ensino (um sistema que oferece recursos pedagógicos, didáticos e administrativos para gestores, professores, alunos e famílias de suas escolas conveniadas) e ao Sistema de Ensino Aprende Brasil (que oferece um conjunto específico de soluções para a rede de ensino municipal pública: livros didáticos integrados, livros digitais, cursos de formação, assessoria pedagógica presencial e a distância, ambiente digital). O sistema prevê dois métodos de avaliação: o Sistema de Avaliação Positivo (hábile) e o Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (simeB), ambos a envolver a verificação e o monitoramento do desempenho dos estudantes e a subsidiar o trabalho dos professores, dos gestores e equipes pedagógicas de escolas e das secretarias de educação.

A Fundação Lemann (FL), por sua vez, é uma organização familiar sem fins lucrativos, fundada em 2001, com início de suas atividades em 2002, pelo empresário Jorge Paulo Lemann. Conforme Oliveira (2021), pesquisadora da fundação, em 2003 a FL começou a investir na área de gestão educacional. Em documento, a fundação declara que é “[...] necessário promover uma mudança de cultura substituindo práticas meramente burocráticas pela responsabilidade sobre os resultados, abrir mão do imediatismo abraçando a melhoria dos indicadores sociais e vencer as resistências à mudança, deixando claros seus benefícios” (Fundação Lemann apud Oliveira, 2021, p. 145). Oliveira (2021) aponta que o Programa Formar é o principal programa da FL em parceria com os governos, e tem características abrangentes, uma vez que influencia na definição de políticas educacionais dos sistemas públicos de ensino; articula a rede de internet banda larga, em parceria com o poder público, como forma de consolidar sua proposta de inovação, e promove a formação continuada para gestores/as das escolas da rede para as quais a FL presta assessoria. O Programa Gestão Para Aprendizagem (GPA) ocorre em parceria com as redes de ensino, via curso dirigido aos/as gestores/as escolares. No curso GPA, incentiva-se o planejamento, observação das aulas, melhor uso do tempo na gestão de sala de aula e no papel multiplicador dos/as gestores/as escolares na atuação direta com os/as professores/as (Fundação Lemann apud Oliveira, 2021, p. 181).

O Instituto Ayrton Senna (IAS) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em novembro de 1994, que atua em parceria com sistemas públicos de educação em nível estadual, municipal e nacional. Comerlatto (2021), pesquisadora do instituto, resalta que o IAS tem sido o responsável por pautar na agenda educacional brasileira o tema das Competências Socioemocionais. O Instituto encomendou o estudo Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas, que apresenta o programa de medição socioemocional e foi batizado de SENNA (Social and Emotional or Non-

cognitive Nationwide Assessment). É baseado em características socioemocionais sobre a vida das pessoas, agrupando as evidências disponíveis segundo os cinco grandes domínios de personalidade, conhecidos como Big Five: 1. Abertura a novas experiências; 2. Conscienciosidade (ser organizado, esforçado e responsável); 3. Extroversão (definida como a orientação de interesses e energia em direção ao mundo externo e pessoas e coisas); 4. Amabilidade; 5. Estabilidade Emocional ou Neuroticismo (definida como a previsibilidade e consistência de reações emocionais, sem mudanças bruscas de humor).

Entendemos a ampliação do acesso como direito à educação e, nesse sentido, acesso não apenas à matrícula, mas ao conhecimento. As competências socioemocionais deslocam o foco para características adestradoras, instrumentais à sociedade do capital, desenvolvendo o que Apple (1989) denomina de currículo oculto da escola.

No Brasil, vivenciamos em um período recente, além do aqui evidenciado, o avanço do neoconservadorismo e o aprofundamento da censura nas escolas brasileiras:

Projetos de lei de natureza do Escola sem Partido (ESP), que promovem a censura e interdição do trabalho docente em relação ao conteúdo educativo; programas que promovem a militarização de escolas públicas; e medidas que visam fomentar e regulamentar a prática de Ensino Domiciliar e contestam a frequência à escola são alguns exemplos de propostas vinculadas às perspectivas neoconservadoras que se apresentam como estratégia ideológica de restauração do poder de classe (PERONI; CAETANO; LIMA, P. V 2021, p. 23)

DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO

Como já mencionamos, Rikowski (2017) aponta a privatização da educação como disputa pelo fundo público. Adrião e Domiciano (2018) analisaram os dados referentes aos gastos públicos da União em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) direcionados ao setor privado lucrativo ou não lucrativo nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2014, abarcando os governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos, e Dilma Rousseff, e constataram o crescimento da destinação de recursos ao setor privado.

Considerando-se os recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para os anos selecionados e excluindo-se os gastos com vencimentos e obrigações patronais, lembrando que estes compõem a maior parte das despesas, tem-se que, no mínimo, 18% das despesas destinaram-se ao setor privado [...]. No cálculo levou-se em conta as categorias econômicas transferências às instituições privadas sem fins lucrativos; serviços de terceiros – pessoa física; serviços de terceiros – pessoa jurídica e serviços de consultoria, pelo fato de permitirem identificar, de forma mais evidente, a destinação de fundos públicos ao setor privado. [...], o crescimento do investimento em educação, principalmente entre 2010 e 2014 (140%), é certo também que os recursos de MDE destinados ao setor privado acompanharam tal incremento – triplicaram entre 2010 e 2014. Cumpre dizer ainda que, nos demonstrativos de despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para os anos selecionados e, excetuando-se os repasses constitucionalmente definidos, os

recursos de MDE do Governo Federal para os municípios estiveram bem aquém dos destinados ao setor privado, [...] os quais, no último ano selecionado (2014), ficaram 8,43% abaixo dos montantes direcionados ao setor privado (BRASIL, 2014; 2010, 2006 e 2002) (Adrião; Domiciano, 2018, p. 8-9).

Para fins deste artigo, salientamos, ademais, a renúncia de receitas, como privatização via disputa pelo fundo público. A tal respeito, conforme Salvador (2015, p. 14), os “[...] gastos tributários também são chamados de ‘renúncia fiscal’ em alusão ao fato de que, desta forma, o Estado desiste de parte ou de toda a aplicação do regime fiscal geral, com base em um objetivo maior da política econômica ou social”. O Estado deixa de arrecadar tributos que financiariam a educação pública:

Em geral, por se tratar de isenções, tem-se uma falsa ideia de ‘custo zero’ desses gastos de natureza indireta, quando na realidade o Estado está deixando de arrecadar tributos de determinado setor da sociedade e, portanto, na prática, abstendo-se de receitas públicas para executar diretamente, por meio do orçamento estatal, as políticas públicas. Além disso, percebe-se a ausência do controle democrático desses gastos (Salvador, 2015, p. 15).

Conforme Patrícia (2021, p. 103):

Uma das formas de renúncia tributária dos fundos públicos da educação repassada às empresas com ou sem fins de lucro, por meio das PPPs, refere-se à desoneração fiscal ou isenção fiscal, uma forma de isenção fiscal em que a empresa deixa de pagar parte de seus impostos ao governo e realiza doações para Organizações Sociais, dessa forma tem seus impostos reduzidos. A segunda forma de apropriação dos fundos públicos da educação por parte das empresas/organizações sociais se é a subvenção fiscal a partir do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Patrícia (2021, p. 97) exemplifica esse processo mostrando como a rede Gife apresenta a educação como negócio:

[...] a Rede Gife, em matéria sobre o estudo intitulado Oportunidades em Educação para Negócios Voltados para a População de Baixa Renda no Brasil, divulgado pelo Inspirare e pela Potencia Ventures, que mapeia chances para negócio social de educação. O estudo teve por objetivo mapear oportunidades de negócios mais promissoras, perante a carência de oferta e potenciais restrições regulatórias, no setor de educação para a população de baixa renda no Brasil (com foco nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo) (POTENCIA VENTURE; INSPIRARE, 2013). A pesquisa identifica e analisa as deficiências dos serviços públicos de educação e as oportunidades a serem exploradas pelos empreendedores sociais: ‘Formação de professores em todas as etapas do ensino básico, avaliação para o ensino fundamental, oferta de cursos para o ensino técnico e criação de objetos educacionais, como jogos e plataformas de aprendizagem, para o fundamental’.

Outro processo importante de privatização da educação pública que se intensificou no último período foi a digitalização da educação, que ocorreu principalmente durante a pandemia, via plataformas, sob uma ideologia solucionista, como se os problemas da educação pudessem ser solucionados apenas pela incorporação da tecnologia, como afirmam Saura, Cancela e Parcerisa (2023, p. 16):

Con la crisis global del COVID-19, las redes políticas de gobernanza digital – lideradas principalmente por corporaciones tecnológicas transnacionales y empresas del sector de las telecomunicaciones – han emergido para abrazar una ideología solucionista, donde tratan de resolver los problemas políticos mediante la introducción de nuevos mercados tecnológicos en educación (Saura et al., 2022; Williamson et al., 2022). Bajo el argumento principal y ambiguo de digitalizar los sistemas educativos, las tecnologías se han presentado como una herramienta para alcanzar cierto progreso social y económico. Aunque, paradójicamente, ello está generando nuevos procesos de privatización. Desde el inicio de la pandemia, algunas redes políticas de gobernanza digital se configuraron con incidencia de carácter global para responder a la demanda de nuevos procesos de enseñanza-aprendizaje más allá de las aulas físicas.

Para os autores, dessa forma a privatização deixa de ser unicamente analógica, “esto no quiere decir que las formas de expresión analógicas de la privatización educativa hayan desaparecido por completo” (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023, p. 12). Indican eles, mediante esse processo, quatro novas formas de privatização da educação:

La primera de ellas, mediante el centro de atención puesto en las nuevas formas de gobierno, es lo que se define como ‘redes políticas de gobernanza digital’. La segunda expresión de la privatización digital se mira desde la economía política, a través de lo que se aborda como ‘mercados tecnoeducativos’. La tercera dinámica de privatización, que tiene que ver con la materialización discursiva de imágenes del futuro, es lo que se entiende como ‘imaginarios sociotécnicos en educación’. Por último, se pone el foco de atención directamente en lo que está sucediendo dentro de las escuelas, las relaciones de mercado con las familias y en las subjetividades docentes, mediante lo que se señala de modo sucinto como ‘endoprivatización educativa digital’ (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023, p. 14).

Os autores destacam o papel dos Organismos Internacionais no fomento à privatização digital, liderados pela Unesco, via Coalisão Mundial pela Educação³. Para Saura, Cancela e Parcerisa (2023), a partir dessa “[...] alianza mundial, se ha desarrollado una gobernanza tecnosolucionista que contribuye a legitimar la entrada de actores políticos privados para dirigir los procesos educativos”. Complementam que, “Esta coalición ha representado un modelo de respuesta tecnosolucionista a la COVID-19, a la vez que normaliza las nuevas formas de privatización público-privadas para incorporar la tecnología digital en las aulas como expresión de desarrollo y modernización” (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023, p. 16).

A tecnologia é um tema de múltiplas faces, por um lado criticamos o solucionismo tecnológico e a disputa pelo fundo público e controle da educação via plataforma e, por outro, a ausência da tecnologia provocou ainda mais desigualdade no acesso ao conhecimento durante a pandemia, como verificamos nos dados a seguir:

Alguns resultados são muito expressivos dessas desigualdades entre redes pública e privada. Em média, adolescentes da rede pública estudaram 1h a menos por dia, comparados com a rede privada. Além disso, 60% deles tinham apenas o celular para acompanhar as aulas, com pacotes de dados que para 16%

não duravam o mês inteiro. Um terço das meninas foram muito afetadas psicologicamente durante o período, visto que 54% das estudantes desempenharam outras obrigações além dos estudos. Ainda sobre desigualdades, a pesquisa apresenta a região Norte do país como a mais afetada pelos efeitos da pandemia na educação, além das meninas pretas e pardas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19), realizada em 2020, também apresentou dados alarmantes sobre o ensino na pandemia: em setembro daquele ano, 6,4 milhões, ou 13,9% do universo de estudantes da educação básica, não tiveram acesso às atividades escolares. Além disso, desse total, 4,3 milhões eram negros e indígenas e 1,5 milhão brancos, demonstrando o crescimento do racismo estrutural (Cardoso et al., 2021, p. 37).

Durante a pandemia ficou mais visível essa desigualdade, entretanto, se tratarmos a tecnologia como uma ferramenta de acesso a informações que pode contribuir para o direito ao conhecimento, garantir o acesso dos mais vulneráveis por parte do poder público é algo fundamental. Por outro lado, ocorre um aprofundamento da individualização no processo de aprendizagem via plataformas, o que entendemos que é prejudicial ao direito ao conhecimento e não apenas à informação.

Além disso, em algumas plataformas os professores recebem material padronizado, uma afronta ao seu trabalho, e em outras plataformas os docentes criam um material que logo cai em domínio público, o que nos suscita ao questionamento de como fica o direito autoral dos professores?

Outra questão que deve ser aprofundada é a tecnologia como fetiche, porquanto seja uma criação humana. E, nessa esteira, a educação digitalizada como mercadoria. Enfim, precisamos urgentemente aprofundar as contradições deste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos compartilhar nossos estudos acerca deste período particular do capitalismo e as distintas formas de privatização da educação. No Brasil, a maior parte das matrículas públicas, no entanto, está sob direção do privado, assim que retomamos nosso conceito de relação entre o público e o privado, como projetos societários em disputa, e nosso conceito de democracia, como processo, sem a separação entre quem pensa e quem executa e com a coletivização das decisões, conceito que colide com o privado assumindo o planejamento, controle e muitas vezes, como expusemos no texto, a execução e direção da educação pública.

The current particularities of capitalism and its materialization in processes of privatization of basic education

ABSTRACT

The article aims to present a theoretical debate about this particular period of capitalism, in which we experience the advance of political movements of a neoliberal, neoconservative and neofascist nature. Thus, in a bibliographic review, capitalism in the digital age and its materialization in processes of privatization of basic education are approached, with implications for social rights and democracy. It is concluded that the private presence in the direction and execution of education, including public, constitutes a democratic threat, since the interests between public and private are separated, in the clash between the search for profit of the latter and the social commitment of the former.

KEYWORDS: Privatization of education. Neoconservatism. Digitization. Neoliberalism and education.

Las particularidades actuales del capitalismo y su materialización en procesos de privatización de la educación básica

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo presentar un debate teórico sobre este período particular del capitalismo, en el que vivimos el avance de movimientos políticos de carácter neoliberal, neoconservador y neofascista. Así, en una revisión bibliográfica se aborda el capitalismo en la era digital y su materialización en procesos de privatización de la educación básica, con implicaciones para los derechos sociales y la democracia. Se concluye que la presencia privada en la dirección y ejecución de la educación, incluida la pública, constituye una amenaza democrática, ya que los intereses entre lo público y lo privado se encuentran separados, en el choque entre la búsqueda de lucro de estos últimos y el compromiso social de los anterior.

PALABRAS CLAVE: Privatización de la educación. Neoconservadurismo. Digitalización. Neoliberalismo y educación.

NOTAS

1 Conforme Boito (2020), o fascismo é um gênero, o fascismo alemão e italiano constituem o fascismo original, enquanto o fascismo brasileiro é uma espécie desse gênero, o neofascismo. O autor ressalta a violência como um elemento-chave do fascismo, sendo que o objetivo declarado é eliminar o adversário.

2 Sobre a qualidade na Educação Infantil em creches conveniadas, ver Susin (2009).

3 “Junto a la UNESCO, la red política está Privatización educativa digital 16 conformada por otros organismos relevantes como la Organización de las Naciones Unidas, la Organización Mundial de la Salud, UNICEF; un conjunto de redes y asociaciones como Global Book Alliance y INEE; corporaciones privadas como GSMA, Microsoft, Wei-dong, Google, Facebook, Amazon, Coursera, ZOO, KPMG y Mckinsey & Company; y fundaciones filantrópicas como Khan Academy, Fundación Telefónica o Fundación CaixaBank. Además de todos esos actores políticos, esta red política de gobernanza digital está compuesta por otros actores políticos no humanos (actantes que diría Latour), como son todas esas herramientas que componen la maquinaria tecnológica aportada por las principales corporaciones globales encargadas de liderar el cambio digital, tales como Amazon, Google, Meta y Microsoft” (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023, p. 14).

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A educação pública e as corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 8, 2018.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BERNARDI, Liane Maria; UCZAK Lucia Hugo; ROSSI Alexandre José. A organização e ação da classe empresarial brasileira no contexto educacional atual. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de. (Org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria Física, 2021.

BOITO, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 50, p. 111-119, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Parcerias entre o público e o privado no regime de colaboração: um estudo sobre os arranjos de desenvolvimento da educação (ADES). In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de. (Org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria Física, 2021.

CARDOSO, Alessandra et al. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Brasília: INESC, 2021.

COMERLATTO, Luciani. A educação no contexto da crise estrutural do capitalismo: o Instituto Airton Senna e a sua proposta heterônoma de educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de. (Org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria Física, 2021.

CUNHA, Otávio Augusto. **Capital-Imperialismo e Organização da Cultura: o papel da Fundação Roberto Marinho na busca do consenso capitalista (1977-2021)**. 2021. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La pesadilla que no acaba nunca**. Barcelona: Gedisa, 2017.

MOROZOV, Eugeny. Crítica da razão tecnofeudal. **New Left Review**, v. 133, p. 89-126, 2022.

OLIVEIRA, Cristina. O Programa Formar e sua influência no deslocamento da gestão democrática para a gerencial no sistema educacional de Alagoas. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de. (Org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria Física, 2021.

PATRÍCIA, Márcia Ângela. **Política de correção de fluxo escolar: uma análise da parceria público-privada entre o instituto Ayrton Senna e a SEDUC-RO**. 2021. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: Liber Livros, 2013.

PERONI, V. M. V. **Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de. (Org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria Física, 2021.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. V. **Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. Jornal de Políticas Educacionais**. v.15, p.1 – 23, 2021.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Nueva gramática del neo-liberalismo: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

RIKOWSKI, Gleen. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

SALVADOR, Evilasio. **Renúncias tributárias: os impactos no financiamento das políticas públicas**. Brasília: INESC, 2015.

SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz, PARCERISA, Lluís Privatización educativa digital. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 11-37, 2023.

SUSIN, Maria Otília Kroeff. **A qualidade na educação infantil comunitária em Porto Alegre: estudo de caso em quatro creches conveniadas**. 2009. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Recebido: 28 agosto 2023

Aprovado: 09 set. 2023

DOI: 10.3895/rtr.v8n0.18129

Como Citar: PERONI, V. As particularidades atuais do capitalismo e sua materialização em processos de privatização da educação básica. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e18129, p. 1-17, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Vera Peroni
veraperoni@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

